

**Possibilidades e Limites na Cooperação Universidade-Empresa-Governo: análise da
experiência entre Unijuí-Sedai**

**Marlise Sozio Vitcel
Enise Barth Teixeira
Marlise Costa Beber**

RESUMO

No ano 2000 o governo do RS, por meio da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (Sedai), iniciou uma integração com universidades gaúchas para o desenvolvimento e execução de convênios: Programas Extensão Empresarial, Redes de Cooperação e Capacitação Empresarial. Esta pesquisa toma como referência esses convênios para analisar a parceria entre Unijuí e Sedai no atendimento das micro, pequenas e médias empresas (MPME's) da Região Noroeste Colonial. No que concerne à metodologia, a investigação se caracteriza por uma abordagem qualitativa, quanto aos objetivos a pesquisa é exploratória. O processo metodológico utilizado consiste em pesquisa de campo, bibliográfica e documental. A investigação configura-se num estudo de caso. A discussão acerca da cooperação Universidade-Empresa-Governo é recente, porém é preocupação relevante no meio acadêmico, como forma de disseminação do saber, sobretudo em relação a pesquisas voltadas para o setor produtivo. Também é de interesse das MPME's – que precisam de maior apoio devido às incertezas do mercado – que tal interação exista e se fortaleça. A esses dois públicos (universidade e empresas) falta o fomento à iniciativa de cooperarem. A realização do fomento e da indução à cooperação é possivelmente a principal função governamental nesta relação. Nestas condições, é possível haver cooperação proveitosa entre Universidade-Empresa-Governo, de maneira que seja socializado o aprendizado da empresa e da universidade, bem como o Estado pode atuar também no desenvolvimento econômico e social financiando serviços prestados para aos micro empreendimento. Todavia é imprescindível que se busque respeitar a essência destas instituições para preservar suas identidades no processo de interação.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Regional. Cooperação Interorganizacional. Universidade-Empresa-Governo.

1 INTRODUÇÃO

O financiamento de pesquisas, embora tenha uma função fundamental ao suprir a necessidade de recursos financeiros de muitas universidades e de empresas de tecnologia e inovação, não é a solução para todas as empresas, nem para todas as universidades. As micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), têm grandes dificuldades ou mesmo inviabilidade financeira de investir em pesquisa e tecnologia. Este investimento em pesquisa e tecnologia constitui-se em importante alicerce para o desenvolvimento regional, cujo papel do Estado é relevante, visto como indutor da economia, na relação de cooperação entre universidade, empresa e governo (NATIVIDADE, 2001).

A partir desta problemática que envolve estes três agentes, surge a idéia de cooperação entre universidade-empresa-governo, em particular o convênio da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) com a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (Sedai), como meio de suprir uma demanda concreta de fomento ao desenvolvimento local, estabelecendo uma relação benéfica aos envolvidos e à sociedade em geral.

É com base nesta realidade que se pretende tratar do tema de cooperação entre estes três agentes, pois ainda há muito para se discutir a este respeito, como propriedade intelectual, desenvolvimento local, geração de renda, responsabilidade social, concepções teóricas e diversos outros, tendo em vista a recente abordagem teórica do assunto no Brasil.

O presente artigo busca, neste sentido, analisar a relação estabelecida entre os atores sociais, as dificuldades e acertos, a cooperação entre as partes e os resultados desta integração para a sociedade objetivando o desenvolvimento regional, identificando os elementos que caracterizam esta cooperação. Para isto, tem como referência a experiência de cooperação vivida pela Unijuí, decorrente do convênio com a Sedai nos programas de Extensão Empresarial, Capacitação Empresarial e Redes de Cooperação.

Este artigo está estruturado em sete partes. Na introdução, aborda-se a temática central, o objetivo geral da pesquisa e a forma como o texto está organizado. Os aspectos conceituais sobre desenvolvimento local, cooperação interorganizacional e o papel das micro e pequenas empresas e as abordagens relacionadas à cooperação universidade-empresa-governo, correspondem a segunda e terceira partes. Na quarta parte é descrita a metodologia utilizada na investigação. A Unijuí como agente de desenvolvimento regional é retratada na quinta parte. Posteriormente, na sexta parte do artigo, consta a análise e os resultados do estudo. Na sétima e última parte, estão reunidas as considerações finais do estudo.

2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E A COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

O desenvolvimento regional num processo avaliativo deve contemplar os aspectos: sociais, econômicos, educacionais, de saúde e saneamento, além da qualidade de vida e do meio ambiente.

Geram-se condições concretas para a coexistência de múltiplos modelos de desenvolvimento. Essa diversidade de processos de desenvolvimento orientar-se-á pelas necessidades e interesses locais. Cada localidade, comunidade, municipalidade, sub-região, região, poderá e deverá optar por um processo de desenvolvimento que respeite seus valores e recursos específicos e melhor lhe oportunize participar do processo mundial de desenvolvimento (BECKER, 2000, p. 46-47).

A verdadeira integração vai acontecer por meio da boa-vontade, mobilização, pensamento coletivo e da própria mudança de concepção de desenvolvimento, envolvendo a comunidade, seus atores, lideranças e as forças que compõem a sociedade local e regional.

O crescimento, como define Barquero (2001), acontece a partir das localidades, das regiões, ou seja, “de dentro para fora”. Os processos de inovação, o desenvolvimento organizacional, a formação de redes, o desenvolvimento urbano e a dinâmica institucional se constituem em mecanismos que influenciam os processos de acumulação de capital (BARQUERO. 2001), e, quando ocorre uma interação entre esses fatores, produz-se um efeito sinérgico capaz de condicionar o crescimento e o progresso das cidades, regiões e países.

No caso do Rio Grande do Sul, as políticas públicas vêm estimulando esses processos por meio da criação de programas de extensão, focados no desenvolvimento de uma cultura de cooperação, na capacitação das regiões que respondem aos desafios, especialmente para enfrentar as dificuldades impostas pela globalização, como é o exemplo do Programa Redes de Cooperação, conduzido pela Sedai e outros de consultoria pública.

Um dos pontos centrais da teoria do desenvolvimento endógeno, no entendimento de Barquero (2001), reside no fato dos sistemas de empresas locais e as relações entre estas criarem condições capazes de produzir os processos de crescimento e mudança estrutural nas economias locais e regionais.

A questão gira em torno, portanto, da

[...] forma de organização das empresas locais, às quais pode ser aplicada a noção de rede, já que esta é uma imagem das relações entre empresários e empresas. As pesquisas sobre a capacidade empresarial e as pequenas e médias empresas, por um lado, e sobre a organização da produção e os mercados, por outro, deram ao conceito de rede um valor analítico que transcende a simples imagem, convertendo os modelos de rede em um instrumento útil para explicar fenômenos como a dinâmica das organizações empresariais e dos sistemas produtivos locais (BARQUERO, 2001, p. 97).

A formação de redes interorganizacionais de pequenas e médias empresas propicia um impacto positivo na região onde estão localizadas. O fortalecimento individual e setorial, de acordo com Dotto e Wittmann (2004), dinamiza a economia regional mediante: aprofundamento de laços de cooperação entre os envolvidos; da ampliação de recursos, produtos e serviços disponibilizados pelas empresas aos consumidores; de condições mais adequadas para enfrentar a concorrência e desencadeamento de um processo com a demanda de produtos e serviços de outras empresas regionais que integram a cadeia produtiva do setor, como fornecedores e prestadores de serviços.

A formação de alianças estratégicas, fusões, aquisições de empresas e criação de *joint-ventures* vem se tornando uma estratégia de sobrevivência das empresas, ante o novo cenário da economia global. O fenômeno da cooperação entre empresas tem despertado grande interesse na comunidade acadêmica e nos meios empresariais, circunstância que é visível no atual cenário globalizado pela ascensão das alianças estratégicas e outras formas de cooperação.

Enquanto o processo de globalização econômica se expressa na crescente competição transnacional, o de regionalização social compreende um crescente esforço das sociedades regionais para configurar e sustentar seu projeto de desenvolvimento. Para Casarotto Filho e Pires (2001, p. 106) “viabilizando esses dois processos contraditórios, globalização e regionalização, emerge o terceiro processo, muito dinâmico, a descentralização política, que resulta em também crescente flexibilização das relações entre os agentes de desenvolvimento”.

É justamente neste contexto de competição e cooperação que se encontram as MPMEs, que ocupam relevante papel na economia brasileira, sendo responsáveis por grande parte da geração de emprego e renda do país.

A maioria destas empresas instaladas no Estado do Rio Grande do Sul necessita superar defasagens produtivas em processos, produtos e gestão, sejam técnicas, tecnológicas ou de gerenciamento, que atualmente as impedem de oferecer bens e serviços com qualidade assegurada, níveis de produtividade e custos compatíveis com os padrões exigidos pelo competitivo mercado globalizado.

Na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul a economia é movimentada predominantemente por MPMEs, como pode ser inferido mediante dados recentes em relação ao aspecto tributário no município de Ijuí, admitido como centro de referência regional e um dos maiores municípios na posição regional considerando-se o índice de retorno de ICMS. Esta realidade, certamente, tende a se refletir nos demais municípios da referida Região.

Em Ijuí, por exemplo, pela classificação apenas dos aspectos tributários, atualmente (MICROEMPRESAS..., 2004, p. 3) das 2.271 empresas registradas na agência local da Fazenda até junho (2004), cerca de 630 (27%) estabelecimentos são microempresas, outras

1.230, correspondendo 54,22%, são empresas de pequeno porte, enquanto somente 410 (18%), sob o aspecto de lucratividade, podem ser enquadradas como grandes empresas. Certamente amplia-se significativamente a quantidade de MPMEs se considerado o existente grau de informalidade destas empresas.

O reconhecido e importante papel desempenhado pelas MPMEs para o desenvolvimento socioeconômico tanto do país quanto regional, instiga estudiosos, pesquisadores, órgãos e instituições a buscar respostas e/ou constatações que forneçam subsídios importantes e esclarecedores para melhor compreendê-las.

Na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, tanto a Fidene/Unijuí quanto outras instituições regionais e/ou estaduais, vêm se preocupando há mais tempo com o desenvolvimento das MPMEs, desenvolvendo ações para a sua solidificação.

3 COOPERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA-GOVERNO

O entendimento de cooperação remete-se ao latim, do verbo *cooperari*, como junção de *cum* e *operari*, que significa o ato de produzir em conjunto (CAVALCANTI, 2006). A cooperação estabelece-se para cumprir com um objetivo comum entre as partes, qual seja, no caso de cooperação entre universidade, empresas e governo, de atender a uma demanda específica de desenvolvimento regional, respondendo aos objetivos estratégicos da universidade em voga de desenvolvimento local, da empresa de sobrevivência no mercado e do governo de desenvolver políticas que fomentem o desenvolvimento do Estado.

O debate sobre a relação de cooperação entre universidade-empresa-governo é um tema complexo devido aos diferentes valores e compreensões que os indivíduos têm sobre eles, suas funções diante da sociedade e o caráter que pode ter o envolvimento entre estes diversos agentes (PLONSKI, 1999).

A cooperação pode ser vista quanto à forma entre os agentes como bilateral, ou seja, uma empresa operando com uma universidade; ou multilateral, como exemplo de centros de pesquisa cooperativa; ter uma ação microrregional ou envolver ações internacionais; pode constituir-se em uma interação pontual ou parcerias estratégicas de longo prazo, com a possibilidade, ainda, de envolver projetos de milhões de reais ou não envolver qualquer valor financeiro. A relação, como sugere Plonski (1999), pode dar-se de forma espontânea ou com a intermediação de um ente/fator externo.

Em termos dos motivos que levam os agentes a cooperar, da parte das universidades, a cooperação é percebida, entre outros, como uma forma de superar a insuficiência das fontes tradicionais de recursos e assim manter estas instituições nos níveis desejados de ensino e pesquisa; da parte das empresas, a cooperação é percebida como capaz de prover uma solução para a dificuldade de lidar sozinha com os desafios multidimensionais da inovação, além do tradicional interesse em ganhar acesso privilegiado no recrutamento de talentos jovens; e da parte do governo, a cooperação é percebida como estrategicamente importante para a viabilidade econômica e social de regiões e de nações, no novo paradigma econômico (LIMA; TEIXEIRA, 1999).

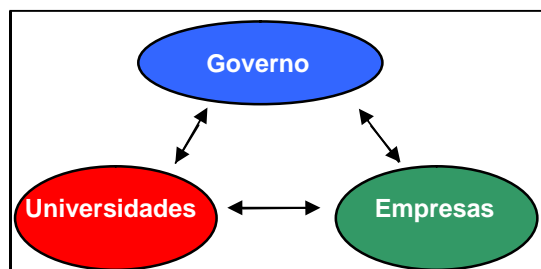


Figura 1 – Relação entre universidade-empresa-governo

Como demonstra a Figura 1, nesta relação cabe ao governo a execução de políticas e financiamento para a pesquisa e o desenvolvimento; a universidade tem por função a formação de recursos humanos e a pesquisa básica e aplicada, e as empresas, por sua vez, devem adotar a inovação a suas práticas gerenciais e de produção, bem como investir em pesquisa e desenvolvimento específico em sua área.

Dentre as dificuldades e acertos quando da cooperação entre os agentes envolvidos universidade-empresa-governo, surge, por meio desta pesquisa, a idéia de que a metodologia que vem sendo adotada pelos convênios estudados na sua aplicação prática, ainda não alcançou patamares de maturidade suficientes que possam agregar o mesmo entendimento entre os três agentes envolvidos.

Para o governo é oportuno e conveniente cooperar com as universidades, pois estas possuem uma capacidade instalada quer seja na esfera do conhecimento acadêmico-científico, quer seja no âmbito das estruturas físicas bastante viáveis para levar os projetos/programas a cabo, quer seja na alavancagem de alternativas e geração de oportunidades à sociedade na qual a mesma está inserida. Ainda para o Estado como órgão fomentador desta parceria, certamente se fará mais presente e visível na comunidade regional como entidade que viabiliza o acesso das MPMEs à formação continuada e à universidade.

Já para a universidade, também é importante e oportuno desenvolver e/ou fomentar programas de extensão que servem para cumprir com seu compromisso social, contribuindo com o desenvolvimento regional e para a qualidade de vida, mediante a formação de profissionais qualificados e capazes de interagir na construção de diversos aspectos da realidade; proporcionar ao mundo empresarial o conhecimento gerado na universidade, da construção e a socialização do conhecimento como forma de gerar a excelência acadêmica e o desenvolvimento, de forma prioritária, da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Outro aspecto diz respeito a buscar recursos externos para contribuir na sustentabilidade econômico-financeira da universidade a qual o programa vai estar vinculado, e da equipe que compõe o quadro funcional que vai interagir com a economia-local regional.

Em relação às empresas, nota-se que há uma dificuldade destas em contribuir objetivamente para o entendimento do convênio de cooperação, ou seja, estas não participam tão ativamente do processo de concepção de projetos visando a sua melhoria e inovação. Analisando sob este ângulo, aponta-se que os convênios ora em estudo, somente são efetivados caso apresentem votação adequada no Processo de Participação Popular – PPP (www.ppp.rs.gov.br) e assim são incluídos no orçamento do Estado. Sabe-se, no entanto, que o PPP ainda não alcançou uma eficiência suficiente na qual se possa dizer que os projetos ali incluídos são necessariamente a vontade ou a priorização popular. Acredita-se que o principal motivo para fazer tal constatação diz respeito ao alto grau de deficiência encontrada no formato de divulgação deste evento, uma vez que este não alcança a população em tempo hábil para que esta formule/constitua uma opinião definitiva e personalizada sobre quais projetos deva votar. Desta forma, questiona-se quanto à votação conquistada; se esta significa realmente que as pessoas votaram cientes ou porque foi indicada, sugerida por algum conhecido ou um dos agentes envolvidos.

4 METODOLOGIA

A investigação aqui colocada compreende-se por uma pesquisa qualitativa, que, de acordo com Minayo (1994), responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências

Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado; trabalha com o universo de significados, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Este método aprofunda-se no mundo dos significados das relações humanas e suas intrincadas relações sociais.

Este estudo, que visa abordar as possibilidades e os limites da cooperação entre universidade, empresa e governo, constitui-se em uma investigação exploratória e descritiva (VERGARA, 1997). Emprega-se também, nesta investigação, a pesquisa bibliográfica do material já desenvolvido sobre o tema, em livros, periódicos, *sites* acadêmicos e científicos, teses e dissertações.

Os sujeitos da presente pesquisa foram o vice-reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Unijuí, uma empresária do ramo da confecção têxtil e consultores do Programa Extensão Empresarial (PEE)

A coleta dos dados com estes atores sociais deu-se por meio de entrevista, sobretudo porque este recurso, conforme Triviños (1987, p. 146), “(...) ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que a informação alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”. A entrevista foi do tipo aberta, com destaque para a importância da relação de cooperação entre universidade-empresa-governo.

Os dados foram ainda levantados mediante a realização de consulta em fontes secundárias por meio de documentos dos convênios estudados e jornais de notícias.

O presente artigo pode ainda ser considerado como um estudo de caso, de acordo com Yin (2001), porque se centrou nos convênios entre Unijuí/Sedai para os atendimentos às MPMEs da região do Conselho Regional de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – Corede Noroeste Colonial.

5 UNIJUÍ: UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA

A Unijuí insere-se num conjunto de instituições privadas, que, porém, segundo Allebrandt e Teixeira (2005), afastam-se da lógica de lucro empresarial. Apesar de não ser uma organização estatal, tem características que a determinam como pública, pois seus bens não têm propriedade privada e seu gerenciamento é autogerido, além de ter um profundo comprometimento com a região em que está inserida. Estas instituições estão sendo denominadas de comunitárias ou, ainda, de públicas não-estatais.

Esta característica de ser uma universidade comunitária, ou pública não-estatal, está presente e perpassa sua visão institucional com a intenção de “Consolidar-se como universidade comunitária, pública não-estatal, referenciada pela excelência e organicidade de suas ações e integrada ao processo de desenvolvimento da região”.

A Unijuí abrange, em sua área de atuação, as Regiões Noroeste Colonial e Fronteira Noroeste, com quatro campi e três núcleos universitários. Em seus referenciais estratégicos está contemplado o engajamento e preocupação com o desenvolvimento da região e a produção de alternativas de inclusão social articulada a partir da formação e da qualificação de seus *stakeholders*.

De acordo com Tisott (2005) a universidade distribui sua riqueza gerada entre os diversos agentes com quem se relaciona. Apenas no ano de 2004, 60% do que agregou de valor foi repassado sob forma de salário e benefícios aos seus funcionários e 24% sob forma de filantropia aos seus alunos. Além disso, a instituição preocupa-se com a questão ambiental da região onde investe com projetos e pesquisas.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO ESTUDO

A análise dos resultados traz as diferentes visões dos atores sociais que compõem a relação de cooperação estudada. Num primeiro momento revela-se a universidade como um dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento da região. Posteriormente, caracterizam-se os programas em voga e, por fim, discute-se as possibilidades e os limites desta interação triádica.

6.1 UNIVERSIDADE: UM AGENTE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O entendimento que se remonta em relação à universidade – especialmente universidades comunitárias, como é o caso da Unijuí – é de que seja um agente regional de desenvolvimento. A própria universidade, conforme depoimento do vice-reitor entrevistado, como uma universidade comunitária, por sua natureza pública não-estatal, tem visceralmente um compromisso com o seu meio e com a comunidade. Neste sentido sua preocupação com este processo de desenvolvimento deve balizar suas ações.

O papel da universidade, portanto, como agente de desenvolvimento, é destacado na fala do vice-reitor

passa pela universidade a demanda de se preocupar com a problemática do desenvolvimento, para isso, sabendo que o desenvolvimento tem muitas facetas, mas uma fundamental é a que passa pela consolidação das empresas que vivem e existem nesta região, há claro um entendimento crescente de todos, seja da universidade, seja da sociedade, da importância da qualificação científica, técnica, tecnológica, etc. das organizações das empresas, e ali a universidade como instituição de ensino também e de pesquisa tem um papel fundamental.

A busca de uma relação com o Estado, segundo o vice-reitor, como o caso em questão dos convênios com a Sedai, “não são meramente de manutenção por parte do Estado, mas sim uma responsabilidade da universidade comunitária, tornando-se, neste caso, uma instância em que políticas públicas penetram mais facilmente e têm um impacto mais efetivo sobre o meio, por estar alocada em sua região e conhecer minimamente as carências regionais”.

Este tipo de universidade, por isto, “não visa o lucro; precisa pensar na sua sustentabilidade financeira; a verdadeira motivação da universidade comunitária é o desenvolvimento efetivo da região na qual ela está inserida”, complementa o representante da Unijuí. Para tanto, a instituição coloca-se como agente ativo no processo de desenvolvimento regional, e assim conforme o vice-reitor,

mesmo que o Estado se retire, esta universidade vai continuar preocupada com as mesmas coisas, coisa que não aconteceria se fosse uma universidade meramente empresarial, mercantilista. Para essas últimas, no momento em que terminou o programa encerra-se as ações, porque o objetivo não é o desenvolvimento, o objetivo é prestar o serviço e captar o dinheiro, enquanto que o nosso compromisso é outro, por isso é muito importante fazer essa distinção.

Para o Estado, no entendimento do dirigente da universidade, “é vantagem estabelecer relações de trabalho com as universidades comunitárias”, uma vez que estas continuam mantendo seu compromisso social mesmo quando finda o convênio ou quando algum empecilho interpõe-se ao pagamento. Muitas vezes acabam arcando com os custos destes convênios para não haver descontinuidade das ações, para não prejudicar às MPMEs, público-alvo destas políticas. Ressalta, ainda, que “seria bom para a universidade, que fossem criadas diversas empresas em seu entorno, fruto da demanda da própria sociedade, num movimento de geração de trabalho e renda. Caberia, portanto, à universidade motivar seus alunos e egressos a criar empreendimentos para sanar a necessidade regional, seja em consultoria, em

inovações. Neste caso, não cabe à universidade rivalizar com empresas no sentido de prestação de serviços, pois assim, ao invés de favorecer o desenvolvimento regional, ela o atrapalha”. Conclui, afirmando que o auxílio à MPMEs deve ser um instrumento da universidade na contribuição para o desenvolvimento regional sustentável.

A visão empresarial, representada pela gestora de uma indústria de confecção têxtil, é de que “a cooperação entre as universidades, o governo e as empresas, especialmente as micro e pequenas empresas é o caminho para o desenvolvimento”. A mesma sugere que a universidade deveria “produzir e socializar conhecimentos para os demais setores produtivos, como agricultura e agroindústria, impulsionando deste modo um crescimento significativo em nossa região”.

6.2 CARACTERIZAÇÃO DOS PROGRAMAS UNIJUÍ/SEDAI

Os principais objetivos estratégicos dos programas em discussão – Programa de Rede de Cooperação (PRC), Programa de Extensão Empresarial (PEE) e Programa de Capacitação Empresarial (PCE) – apresentam-se da seguinte forma em relação ao Desenvolvimento Regional: qualificar as MPMEs por meio de inovações técnicas, gerenciais e tecnológicas; ampliar a taxa de sobrevivência das empresas; promover a integração universidade-empresa; despertar no empresário a importância do aprimoramento contínuo de seus procedimentos de gestão; promover a união entre micro e pequenos empresários gaúchos em redes horizontais de cooperação; incrementar a produtividade e competência sistêmica das cadeias produtivas; elevar os níveis de emprego e renda bem como possibilitar a introdução de ações voltadas à modernização e capacitação empresarial; atuar em todos os setores empresariais – indústria, comércio e serviços – por meio dos arranjos produtivos locais-regionais (SEDAI, 2003).

Devido às contingências do mundo contemporâneo, Soares e Botton (2005) afirmam que é inegável a pertinência e a importância de investir no incentivo e formação de empreendedores nas escolas, sobretudo nas universidades. Formar cidadãos com características de profissional empreendedor de sucesso requer esforços de professores, aprendizes e uma metodologia baseada na teoria da aprendizagem social, buscando, desta forma, o desenvolvimento dos conceitos de habilidades e competências na formação, visto que efeitos e impactos comportamentais transparecem na realização do Programa Capacitação Empresarial, por meio do curso Redescobrimo o Processo Gerencial como: habilidades para conduzir situações, liderança, redes de contatos, criatividade, autoconfiança, otimismo e necessidade de controle. Dentre os participantes parece razoável afirmar que estes experimentam “desenvolvimentos” importantes no que diz respeito a aspectos comportamentais subjetivos, o que não significa que todos os participantes tenham o mesmo envolvimento e o mesmo retorno em termos de aprendizagem gerencial para ser colocada em prática em suas organizações.

O convênio Programa Capacitação Empresarial (PCE) celebrado entre o governo do Rio Grande do Sul, por intermédio da Sedai e da Unijuí, deu-se em duas edições. A primeira edição que compreendeu o período de agosto de 2000 acrescido de aditivo de doze meses, encerrando-se em outubro de 2002, quando foram realizados dezesseis cursos – Redescobrimo o Processo Gerencial – oportunizando qualificação a 319 participantes entre gerentes, empresários e/ou empreendedores ligados a micro e pequenos empreendimentos das Regiões dos Coredes Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial. Numa segunda edição, compreendendo o período de dezembro de 2003 até maio de 2005, foram desenvolvidos mais sete cursos – Redescobrimo o Processo Gerencial – oportunizando qualificação a 105 participantes também gerentes, empresários e/ou empreendedores ligados a micro e pequenos empreendimentos das Regiões dos Coredes Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial.

O novo ambiente dos negócios, segundo Woitchunas e Sausen (2005), exige mudança no modelo empresarial das MPMEs, que precisam buscar, na parceria, um dos meios de

sobrevivência. Esta alternativa aparece sob forma de organização em Redes de Cooperação, em que o associativismo e a cooperação aparecem como estratégia para as MPMEs conseguirem força competitiva e permanência num mercado altamente competitivo. Neste sentido, o Programa Redes de Cooperação insere-se na proposta de discussão de políticas alternativas de desenvolvimento econômico, voltadas a potencializar as iniciativas destas empresas do Rio Grande do Sul, verificadas as condições de vulnerabilidade dos empreendimentos em questão e da possibilidade de alavancagem destas empresas no futuro.

O Programa Redes de Cooperação em desenvolvimento entre Sedai e Unijuí ocorre desde a metade do ano de 2001. Inicialmente sua abrangência foi de quatro Coredes (Noroeste Colonial, Fronteira Noroeste, Missões e Alto Uruguai). Uma primeira edição aconteceu no período de julho de 2001 a março de 2003, no qual foram desenvolvidas atividades desde a estruturação e instalação do Núcleo até a formação de oito Redes abrangendo aproximadamente duas centenas de empresas. A segunda edição do Programa Redes de Cooperação foi retomada no início de 2004, embasada no convênio firmado em dezembro de 2003, com metas de acompanhamento, suporte e expansão nas dezenove Redes já constituídas, que integram 323 empresas, além de fomentar a constituição de mais cinco novas Redes.

Os pequenos empreendimentos, conforme Brandli, Kuhn e Redin (2005), são a base para um novo modelo de desenvolvimento do país, capaz de gerar crescimento econômico com criação de empregos, distribuição de renda e inclusão social, uma vez que a economia regional é impulsionada por eles. Nas empresas participantes do Programa Extensão Empresarial, percebe-se avanços no aprimoramento das práticas de gestão em suas estruturas organizacionais, qualificando suas atividades e tornando-as mais competitivas para atuar em um mercado em constante mutação.

O convênio do Programa Extensão Empresarial (PEE) celebrado entre o Governo do RS, por meio da Sedai e da Unijuí, deu-se em duas edições. O PEE, sendo executado na região Noroeste Colonial desde metade do ano de 2000 até abril de 2003, assessorou 723 indústrias. No período de março de 2004 a março de 2005, após um ano da retomada, foram assessoradas 272 empresas distribuídas em 30 municípios da Região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, e implantadas 945 ações de melhoria nas empresas.

6.3 POSSIBILIDADES E LIMITES NA RELAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA- GOVERNO

Numa relação, mediante as ações desenvolvidas, certamente se apresentam possibilidades e limites; se há encontro de interesses, os limites podem ser minimizados pelas práticas e pelas possibilidades futuras. A relação de cooperação entre universidade, empresa e governo, na visão de consultores que trabalham diretamente com as MPMEs, encontra como limite à cooperação “o baixo nível financeiro das empresas que não permite que esta tenha uma estrutura funcional adequada”. O fato de estarem inseridos numa universidade que se entende como agente do desenvolvimento regional, porém, é visto como possibilidade e estímulo à realização de seus trabalhos.

Para a universidade, no depoimento do vice-reitor, a relação de cooperação passa por alguns percalços que atrapalham seu funcionamento na íntegra. Muitas vezes esta relação, especialmente entre universidade e governo,

gera uma certa insegurança, isso no sentido de que não há certeza sobre a continuidade das políticas públicas de um governo a outro. Cria-se, então, uma certa descontinuidade, não se tem certeza se renova de novo o convênio no próximo ano, se muda o governo, se o novo governo mantém o programa. Torna-se uma fragilidade esta incerteza.

Das empresas, a universidade espera que tenham a capacidade de “incorporar uma certa tecnologia, um certo conhecimento”. Cabe, então, à universidade, contribuir mediante a formação de profissionais, com atividades vinculadas a programas de extensão, no caso os convênios com a Sedai.

O maior empecilho que o convênio pode encontrar, na percepção da empresária, “é a falta de capacidade de inovação e aprendizagem dos empresários, devido à visão estreita e imediatista de seu negócio”. Complementa dizendo que “quando os empresários abrirem a cabeça ao novo, eles vão sentir o crescimento de sua empresa, como foi o meu caso”.

O relato de uma consultora do Programa Extensão Empresarial, revela que

por meio de observação sistemática das empresas in loco no período de março de 2004 a setembro de 2005, que atenderam as empresas por meio dos Programas Unijuí/Sedai, na Região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, é possível traçar cenários entre os objetivos propostos nos convênios e a sua efetivação prática. Estas observações tornam-se pertinentes, pois, quando as empresas são convidadas a participar de programas com características como estas, de cunho gratuito, apoio à gestão e inovação, participar em redes de cooperação, bem como inserirem-se no mercado com maior profissionalização e conhecimento de mercado, a fim de não sucumbirem com as constantes transformações que este proporciona, percebe-se que não estão abertos e não se sentem atraídos de forma intensa. Vários aspectos podem ser encontrados, um deles, senão o principal, passa pela cultural empresarial das pessoas vinculadas às MPMEs. Outro ponto que pode ser analisado diz respeito à forma como os convênios estão sendo elaborados, ou seja, se os objetivos destes estão suficientemente transparentes e claramente difundidos com os três agentes cooperados, principalmente no que diz respeito às empresas.

7 Conclusões

As contingências do mundo contemporâneo remetem à inegável pertinência e à importância de investir no incentivo à formação de empreendedores nas escolas, sobretudo nas universidades.

O novo ambiente dos negócios exige mudança no modelo empresarial das MPMEs, que precisam buscar na parceria um dos meios de sobrevivência. Esta alternativa aparece sob forma de organização em Redes de Cooperação, nas quais o associativismo e a cooperação aparecem como estratégia para as MPMEs conseguirem força e permanência num mercado altamente competitivo.

Como os pequenos empreendimentos configuram-se na base para um novo modelo de desenvolvimento do país, capaz de gerar crescimento econômico com criação de empregos, distribuição de renda e inclusão social, uma vez que a economia regional é impulsionada por estes empreendimentos, a qualificação nas práticas de gestão é fator efetivo para a melhoria organizacional.

Existem paradigmas de difícil entendimento nesta cooperação universidade-empresa-governo, principalmente no que concerne ao agente cooperado empresa, uma vez que parcela considerável destas carece de maior conscientização da necessidade premente de se prover da constante busca de conhecimento para melhor gerir os seus negócios e não pensar que a universidade é absolutamente teórica e deslocada da realidade, cujo conhecimento assim gerado não possa superar suas expectativas com efetiva aplicação prática. Percebe-se, ainda, que as dificuldades pessoais dos empresários são de gerenciamento do seu negócio, mas que, porém, não há procura por capacitação na mesma medida em que falta, e a procura que existe é, em grande parcela, de caráter imediatista.

É necessário que cada agente envolvido neste trabalho busque substancial significado na cooperação entre si: para a universidade, a disseminação do conhecimento gerado para a sociedade e sustentabilidade financeira; para as empresas a possibilidade de profissionalização em gestão e inovação, e melhoria na sua estabilidade organizacional; e, para o governo, a possibilidade de executar sua responsabilidade de contribuir no desenvolvimento regional.

As práticas revelam que existe possibilidade de realizar uma cooperação proveitosa entre universidade, empresa e governo, sobretudo quando há uma relação que instigue o encontro de interesses, sendo, neste caso, por parte do Estado e da universidade a busca pelo desenvolvimento regional e das empresas a necessidade de sobrevivência no mundo globalizado. Numa relação trípode como a analisada, há limites, especialmente nas questões mais administrativas, que, contudo, são passíveis de gerenciamento.

Esta relação de cooperação entre a Unijuí, o governo do Estado do RS e as MPMEs da Região Noroeste Colonial, constitui-se num marco no que concerne aos resultados obtidos na concretização dos programas e na perspectiva de continuidade dos mesmos. O prosseguimento desta relação de cooperação pode confirmar que estes programas consolidam uma efetiva política pública de Estado, não meramente governamental, que inclusive instigou a universidade a formular e implementar programas de extensão universitária, como política institucional de relação com as empresas da região, assim como despertou no empresariado a importância da inovação, da capacitação organizacional e da gestão eficiente de seu negócio para sua sobrevivência no mercado e o desenvolvimento regional sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALLEBRANDT, S. L.; TEIXEIRA, E. B. Gestão social em organizações do terceiro setor: o caso da UNIJUÍ. **REA - Revista de Estudos de Administração**, Ijuí: Ed. Unijuí, n. 11, p. 47-54, jul./dez./2005.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, 2001
- BECKER, D. **Desenvolvimento regional**: determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.
- BRANDLI, G. L.; KUHN, I. N.; REDIN, E. Programa extensão empresarial: um modelo de suporte à gestão das MPMEs do noroeste colonial do Rio Grande do Sul. In: ENEGEP, 25., 2005, Porto Alegre, RS. **Anais...**Porto Alegre, 2005.
- CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 2001.
- CAVALCANTI, M. Cooperativas e comunidades: o empreendimento compartilhado. In: CAVALCANTI, M. (Org.). **Gestão social, estratégias e parcerias**: redescobrimo essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2006.
- DOTTO, D. M. R.; WITTMANN, M. L. Redes de pequenas e médias empresas: uma análise regional. In: VERSCHOORE, J. R. S.(Org.) **Redes de cooperação**: uma nova organização de pequenas e médias empresas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 2004.
- LIMA, M. C.; TEIXEIRA, F. Inserção de um agente indutor da relação universidade-empresa em um sistema de inovação fragmentado. In: ENCONTRO DA ANPAD, 23., 1999, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 1999.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA²
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

MICROEMPRESAS compõem cerca de 20% do mercado ijuiense. **Jornal da Manhã**, Ijuí (RS), 24 jun. 2004, p. 3.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NATIVIDADE, C. D. Acertos e erros da política de inovação tecnológica envolvendo universidade, empresa e governo. **Monografias Premiadas**: 2º Concurso de Monografias sobre a Relação Universidade/Empresa. Paraná: IPARDES-IEL, 2001.

PLONSKI, G. A. (Ed.). **Prefácio a la Cooperación Empresa-Universidad en Iberoamérica, Cooperación Empresa-Universidad en Iberoamerica**. Programa CYTED, São Paulo, 1992. p. VII-XIV

PLONSKI, G. A. Cooperação universidade-empresa: um desafio gerencial complexo. **Revista de Administração**, São Paulo: USP, n. 34, p. 5-12, out./dez. 1999.

SEDAI. Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais – **Programa Extensão Empresarial**. Gerência Noroeste Colonial. Convênio nº 012-PEE. 18/12/2003.

SEGATTO, A. P.; ROCHA, K. C. Análise da aplicabilidade da teoria de agências às relações entre participantes de cooperação universidade-empresa. In: ENCONTRO DA ANPAD, 26., 2002, Salvador, BA. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 2002.

SOARES, J. C. V.; BOTTON, Patrícia. Desenvolvimento empreendedor - efeitos desta experiência acadêmico-curricular na subjetividade dos sujeitos partícipes. In: **II Seminário Internacional em Empreendedorismo**, 2005, Lajeado/RS.

TISOTT, S. T. Balanço social: uma experiência consolidada na FIDENE/UNIJUÍ. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EM GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 5., 2005, Mar del Plata. **Anais...** Mar del Plata, AR, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

WOITCHUNAS, L. F.; SAUSEN, Jorge O. Fatores críticos de sucesso no processo de formação, desenvolvimento e manutenção de redes de cooperação e suas relações com o desenvolvimento local e regional. In: ENCONTRO DA ANPAD, 29., 2005, Brasília/DF. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.